



## ESTADOS UNIDOS



# Imunidade para Trump

Suprema Corte decide que ex-presidente republicano não pode sofrer processos judiciais por exercer seus poderes constitucionais, durante o cargo. Decisão adia julgamento e devolve caso federal para tribunal de primeira instância

» RODRIGO CRAVEIRO

A justificativa de Sonia Sotomayor, juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos, para o voto contrário soou como uma advertência e uma repreensão aos colegas: “O presidente é, agora, um rei acima da lei”. Por seis votos a favor e três contra, a máxima instância do Judiciário norte-americano determinou que o magnata republicano Donald Trump, 78 anos, tem “imunidade absoluta” por seus atos oficiais ocorridos durante a sua presidência.

Em uma decisão sem precedentes, todos os seis juízes conservadores — Samuel Alito, Amy Coney Barrett, Neil Gorsuch, Brett Kavanaugh, John C. Roberts Jr. e Clarence Thomas — concluíram que o presidente dos EUA está resguardado de ser alvo de processos judiciais por ações tomadas no exercício do cargo. Apenas os magistrados progressistas Ketanji Bown Jackson, Elena Kagan e a própria Sonya Sotomayor divergiram da maioria. O trio expressou “temor” pela democracia norte-americana.

Em nome da maioria conservadora, Roberts Jr., chefe da Suprema Corte, escreveu que “o presidente não está acima da lei”. “O Congresso não pode criminalizar a conduta do presidente no cumprimento das responsabilidades do Poder Executivo, nos termos da Constituição”, opinou. “O presidente não pode ser processado por exercer seus poderes constitucionais básicos e tem direito, no mínimo, a uma suposta imunidade processual por todos os seus atos oficiais.”

Além de ampliar os poderes presidenciais, a medida adia o julgamento federal de Trump e devolve o caso a um tribunal de primeira instância — o ex-presidente é acusado de conspirar para fraudar os Estados Unidos, bem como de obstruir um procedimento oficial: a sessão conjunta do Congresso realizada em 6 de janeiro de 2021 para certificar a vitória de Joe Biden. Por meio de um breve comunicado, Jam Sams, porta-voz do

Drew Angerer/AFP



Ativistas protestam em frente ao prédio da Suprema Corte, em Washington, e ostentam faixa com os dizeres “Trump não está acima da lei”

Yuki Iwamura/AFP



### Steve Bannon chega à prisão para cumprir pena

O ideólogo populista americano de extrema direita e ex-assessor de Donald Trump na Casa Branca, Steve Bannon, ingressou em uma prisão federal dos Estados Unidos para cumprir sua condenação por obstruir a investigação parlamentar sobre o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, observou um fotógrafo da agência France-Press. “Estou orgulhoso de ir para a prisão hoje (...) se isso for o que falta para enfrentar Joe Biden”, disse Bannon, antes de entrar na prisão de Danbury (Connecticut, nordeste dos Estados Unidos), descrevendo-se como um “preso político”. Aos 70 anos, Bannon terá que passar quatro meses atrás das grades, depois de um juiz ter rejeitado um dos seus múltiplos recursos para suspender a sentença. Vestindo calças cinza e camisa preta, ele foi recebido do lado de fora do prédio da prisão por uma pequena multidão de apoiadores que agitavam bandeiras “Trump 2024”. Entre eles estava a congressista Marjorie Taylor Greene, uma das mais ferrenhas defensoras de Trump, que o abraçou diante das câmeras.

Gabinete do Conselho da Casa Branca, lembrou que o princípio de que “ninguém está acima da lei” é fundamental e molda o sistema de Justiça nos EUA. “Precisamos de líderes como o presidente (Joe) Biden,

que respeitem o sistema de justiça e não o destruam.”

É praticamente impossível que Trump seja julgado antes das eleições de 5 de novembro. Em mensagem publicada na sua rede Truth Social, o magnata

republicano celebrou a imunidade parcial. “Grande vitória para nossa constituição e democracia. Orgulho de ser norte-americano”, escreveu. Os democratas não esconderam preocupação e medo em relação ao futuro

dos EUA. “Simplesmente assustador. Que Deus tenha misericórdia desta nação”, escreveu Jaime Harrison, presidente do Comitê Nacional Democrata, citado pelo jornal *The New York Times*. Vicegerente da campanha de Biden,

Quentin Fulks acusou a Suprema Corte de “entregar a Donald Trump as chaves de uma ditadura”. Chuck Schumer, líder democrata no Senado, considerou “vergonhosa” a decisão da Justiça e viu “um dia triste” para os EUA. “A traição ou o incitamento à insurreição não devem ser considerados um poder constitucional central concedido a um presidente”, avaliou.

### Deveres

Professora de direito da Universidade de Michigan e ex-procuradora federal chefe para o Distrito Leste de Michigan, Barbara McQuade explicou ao *Correio* que, segundo a decisão da Suprema Corte, os atos oficiais de um presidente são imunes se forem deveres constitucionais fundamentais. “Outros atos que não sejam deveres expressos na Carta Magna podem ser alvo de processo. O tribunal de primeira instância terá que voltar atrás e analisar a acusação para ver como recaem as acusações, se são alvo de imunidade ou não”, afirmou. “Acho que a Suprema Corte tenta equilibrar as capacidades do presidente de agir de forma confidencial, mas ainda assim ser responsabilização quando abusar de seu poder”, acrescentou.

Para McQuade, o caso levanta preocupações de que um presidente poderia cometer atos ruins sem ser responsabilizado por eles. “Teremos que esperar e ver como a decisão da Suprema Corte se aplica ao caso Trump e em casos futuros, antes de termos uma compreensão de seu escopo.” Por sua vez, Aziz Huq, professor de direito na Universidade de Chicago, acusa o presidente da Suprema Corte de criar uma doutrina que permite aos presidentes violarem a lei com grande imunidade. “Trata-se de uma doutrina perigosa, pois incentiva e provoca atividades criminosas por parte de presidentes”, disse à reportagem. “O argumento da Corte para fazê-lo — de que os presidentes precisam de discricção para todas as decisões difíceis — é, na melhor das hipóteses, pouco fundamentado, e, na pior, algo jocoso.”

## FRANÇA

# Macron corre contra o tempo para evitar desastre

A possibilidade de o partido de extrema direita Reagrupamento Nacional (RN), de Marine Le Pen e do candidato a primeiro-ministro, Jordan Bardella, chegar ao poder impôs ao presidente da França, Emmanuel Macron, menos de uma semana de gestões políticas para evitar um desastre.

Depois de amargar apenas uma terceira colocação no primeiro turno, no último domingo, com 20% dos votos, Macron convocou uma “aliança ampla” contra a extrema direita para a nova rodada de votação, em 7 de julho. No entanto, ele não esclareceu se apoiará os candidatos da esquerda radical.

O atual premiê francês, Gabriel Attal, não se furtou em adotar um tom catastrófico, na

noite de domingo, enquanto os votos eram contados. “A extrema direita está às portas do poder; nenhum voto deve ir para o RN”, alertou Attal. O RN conseguiu mais de 33% dos votos e abriu caminho para conquistar a maioria simples, ou mesmo absoluta, dos 577 assentos da Assembleia Nacional. Nesse cenário, a França teria o primeiro governo de extrema direita em 79 anos.

A primeira página do jornal *Liberation*, de esquerda, foi explícita em seu pedido: “Após o choque, formar uma frente unida”. A manchete era acompanhada de uma fotografia, em preto e branco, de Bardella. O principal entrave para uma aliança de emergência com partidos, como a França Insubmissa (LFI,

Yara Nardi/AFP



### Presidente Emmanuel Macron beija a cabeça de simpatizante idoso, em Le Touquet, no norte

esquerda radical), está no fato de o próprio Macron ter se recusado a pedir votos para os candidatos da legenda e por ter se referido ao partido como “antisemita e antiparlamentar”.

### Chances mínimas

De acordo com Jean-Yves Camus, cientista político do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas, em Paris, as chances de Macron de evitar que o Reagrupamento Nacional vença no domingo e chegue ao poder são mínimas.

“O presidente não disse nada claro sobre como seus eleitores deveriam votar quando um candidato do RN se opusesse à esquerda. Ainda parece que Macron crê que um gabinete do Reagrupamento Nacional mostrará rapidamente a falta de competência do partido, e que a França voltará as costas para Bardella. É outra aposta arriscada”, afirmou ao *Correio*.

Camus aposta que, caso Bardella seja efetivado premiê, em um cenário de maioria absoluta da extrema direita na Assembleia Nacional, Macron será um líder fraco. “Tudo o que podemos esperar é que o Reagrupamento Nacional não alcance a maioria absoluta e possa formar uma coalizão de todos os moderados, mas é algo muito improvável.” (RC)